

EDITAL Nº 23/2019
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 22-2019
PROCESSO DE DESPESA 22347-2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2977-2019

O MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ nº 94436474.0001/24, com sede na Rua Rio Jacuí, nº 854, Centro, Xangri-Lá/RS, considerando as razões expostas no Processo Administrativo nº 22347/2018 e com base no Decreto municipal 273/2012, TORNA PÚBLICO que promoverá chamamento de entidades sociais interessadas em receber bens eletroeletrônicos inservíveis para o município. Demais informações acerca do edital podem ser obtidas no Setor de Licitações do Centro Administrativo Municipal, na Rua Rio Jacuí, 853, 2º Andar.

I – OBJETO:

1.1 Chamamento de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público interessadas em receber bens eletroeletrônicos inservíveis para o município, conforme especificações mínimas constantes no **ANEXO I (RELAÇÃO DOS BENS INSERVÍVEIS)**.

II – DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO:

1.1. Poderão participar todas as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público interessadas.

III – DA GRATUIDADE:

1.1. Os bens inservíveis referidos no ANEXO I serão doados a título gratuito aos interessados.

IV – PRAZO:

1.1. O período de cadastro dos interessados será de 25 de fevereiro de 2019 a 25 de fevereiro de 2020.

V – CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS BENS INSERVÍVEIS:

1.1. Uma vez habilitadas as empresas participantes do certame, será agendada uma data para sorteio, que definirá a empresa que terá o direito de ficar com todos os bens relacionados no presente Chamamento. A empresa vencedora do sorteio terá a responsabilidade de recolher TODOS os bens inservíveis relacionados neste instrumento convocatório.

VI – REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO:

1.1. Poderão participar do chamamento público as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que atenda aos seguintes fins:

I – implantação de ensino gratuito;

II – implantação gratuita do ensino especial ou de atividade de atendimento a pessoas portadoras de deficiências;

III – implantação de atividade cultural;

IV – implantação de atividade de assistência social;

V – implantação de atividade de saúde gratuita;

VI – implantação de atividade de segurança alimentar e nutricional gratuita;

VII – implantação de atividade de defesa, preservação e conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;

VIII – promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

IX – promoção do voluntariado; e

X – implantação de atividades do desenvolvimento social de combate à pobreza e experimentação, não lucrativa, de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.

1.2 DOCUMENTOS EXIGIDOS AOS INTERESSADOS:

- a) Cédula de identidade de, pelo menos, um dos representantes legais da empresa constantes no ato constitutivo.
- b) Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- d) Certificado de Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedido pela Receita Federal.
- e) Certificado de Regularidade de Situação – CRS, relativo ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- f) Certidão Conjunta, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Receita Federal).
- g) Certidão Negativa de Débito Estadual da sede da licitante.
- h) Certidão Negativa de Tributos do Município da sede da licitante.

VII – DO CREDENCIAMENTO:

1.1. O credenciamento será de 25 de fevereiro de 2019 a 25 de fevereiro de 2020 e será registrado pela comissão de chamamento público. Cumpre salientar que por todo este período os interessados poderão se credenciar, no Setor de Licitações do Município, sito à Rua Rio Jacuí, nº 853, 2º andar.

VIII – DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO:

1.1. A Comissão de Chamamento Público divulgará o resultado do presente chamamento por meio de afixação em mural na sede administrativa do Município, bem como no site do executivo municipal.

IX – DO TERMO DE RECEBIMENTO:

1.1. A assinatura do termo de recebimento será realizada no prazo de 03 (três) dias após a divulgação do resultado.

X – Integram o presente edital:

1. Anexo I – RELAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

Xangri-Lá, **06 de fevereiro de 2019.**

Cilon Rodrigues da Silveira
Prefeito Municipal

Clairton Belem da Silva
Secretário de Administração